

## PASTORAL POPULAR: PODER OU SERVIÇO?

Cláudio Perani

(publicado originalmente nos Cadernos do CEAS, n.º 82, nov./dez. 1982, p. 7-19)

Entendemos por pastoral popular todas as iniciativas de igreja no âmbito das classes populares, nas quais o povo encontra um espaço para assumir sua responsabilidade na vivência de uma fé comprometida com os problemas da justiça. São as Comunidades Eclesiais de Base, as várias Pastorais da Terra, da Favela, da Periferia, Pastoral Operária..., Movimentos Pastorais de determinadas categorias, Comissões de Direitos Humanos e de Justiça e Paz, Grupos de Assessorias etc, onde o "pastoral", isto é, a ligação com a igreja, é explicitamente reconhecido.

Nesse terreno, atualmente no Brasil bastante rico, dinâmico e diversificado, está em andamento um amplo debate político que acompanha o processo concreto da pastoral popular. Na medida em que as comunidades de base iam surgindo, logo apresentavam-se - além das intenções - como um espaço, não somente de reivindicação social, mas também político, quer dizer como um espaço de contestação do poder seja da Igreja, seja do Estado, seja do Capital. Não há dúvida porém que, depois da reformulação partidária e por ocasião das eleições de novembro de 1982, o discurso político - e não somente o discurso, claro! - entrou plenamente também no âmbito da pastoral.

Encontramos vários posicionamentos práticos e teóricos, influenciando-se reciprocamente. Muitas dúvidas e perguntas ficam levantadas e serão equacionadas certamente a partir do desenvolvimento do processo. Queremos contribuir para o debate com estas breves reflexões sobre algumas questões que periodicamente aparecem sobretudo entre os agentes de pastoral popular. Em síntese, pretendemos levantar o problema de como a pastoral popular se relaciona com o político, antecipando desde já nossa preferência por uma **inserção a nível das massas e de suas necessidades, mais do que a nível da articulação dos vários poderes.**

Evidentemente, nossa perspectiva deseja assumir o ponto de vista da Igreja que nasce dos Pobres, quer dizer, de uma Igreja que denuncia os opressores e que se solidariza com os oprimidos, comprometida com seu **processo de libertação.** O enfoque pretende ser teológico, considerando o que cabe à pastoral enquanto pastoral; isso não significa eliminar uma análise política, sempre necessária - em todo caso, sempre explícita ou implicitamente presente - mas, além dela, recorrer a critérios evangélicos que fundamentam a missão da Igreja e seu modo de realizá-la.

### QUESTÕES DEBATIDAS

Várias são as perguntas que se levantam no âmbito da pastoral popular; muitas delas necessariamente são as mesmas que põe a atual conjuntura do movimento popular; outras são mais próprias da pastoral. Sem pretensão de um quadro completo, apresentamos aquelas que parecem ocorrer mais frequentemente, demorando-nos, nas duas primeiras perguntas, nas questões que atingem o movimento popular todo, mais amplo do que a pastoral popular.

#### 1. Onde está o povo? a massa?

Talvez seja o questionamento principal. "Povo" é certamente a palavra que mais aparece nas várias análises e não se pode negar que seja a preocupação e referência básica das lideranças, pastorais, sindicais ou políticas. Podemos entendê-lo aqui como "massa" (purificando o conceito da conotação negativa habitualmente atribuído-lhe), a grande maioria dos brasileiros, trabalhadores rurais, operários, moradores das periferias urbanas, biscateiros, empregados, sub-empregados, desempregados... Ele tem sua história: suas necessidades, sua consciência, sua luta do dia-a-dia, suas organizações, suas mobilizações (espontâneas?), sua cultura e sua religião... Conhecem as vanguardias, os agentes, os assessores toda essa problemática? Mais ainda, está sendo reconhecida e assumida pelos mesmos? A pergunta, talvez, tenha que ser invertida: não tanto "onde está o povo?", mas "onde estão as assim chamadas "lideranças"?"

Talvez se descubra uma **grande distância, entre nossos esquemas e nossas articulações (sempre pretensamente definidos em nome do povo) e os esquemas e articulações da massa (sempre considerada**

apenas como "massa", quer dizer incapaz de uma visão crítica e de uma organização). Se isso for verdade, não estará colocado aqui - ainda hoje, depois de muitas autocríticas - um dos problemas políticos mais fundamentais para o avanço do processo de mudança? Não há excessiva pressa em sentenciar sobre o que o povo precisa e deve fazer?

## **2. Qual a influência da articulação das instituições tradicionais, das Associações de Bairro, Sindicatos, Partidos?**

Retoma o questionamento da pergunta anterior, mas explicitando o problema das organizações mais tradicionais. Tradicionais, no sentido das formas que já conhecemos e que são consideradas os canais habituais de organização do povo a nível de bairro, de trabalho e de poder político propriamente dito. Evidentemente, do diferentes entre si e cada uma tem sua própria especificidade que, numa análise mais aprofundada, deve ser atendida. Consideramos as associações, os sindicatos e os partidos que procuram atender aos interesses do povo e do por ele apropriados; Em particular, devemos avaliar a importância do partido, como canal político.

Tais organizações estão efetivamente ajudando o crescimento da organização popular? Não existe uma defasagem entre as exigências do movimento popular e as estruturas e condicionamentos dos sindicatos e partidos, mesmo quando os sindicatos são "autênticos" e "de oposição" os partidos?

O partido é considerado como o canal que politiza o movimento popular, quer dizer, que lhe dá mais consequência e rumo para transformar a sociedade toda. Fala-se, às vezes, de - política em sentido amplo, abrangendo várias iniciativas e organizações, mas quando se quer falar mesmo de política, o partido toma-se o único lugar considerado. Tudo isso é colocado como algo de óbvio, sem nenhum questionamento. Será assim? Será que podemos afirmar tranquilamente que o partido unifica as lutas, aumenta o poder do povo, faz o processo avançar, se considerarmos os exemplos concretos conhecidos dos partidos de oposição, vistos em suas diferentes situações regionais? Mesmo que se trate de partido que se quer a serviço dos trabalhadores?

Consegue o povo instrumentalizar associações, sindicatos e partidos para sua caminhada ou essas instituições realizam uma articulação - de cúpula onde o povo, mais uma vez, fica por fora? Desses questionamentos não ficam excluídas as CEBs, elas também sujeitas ao perigo de uma articulação bastante cupulista e controladora, longe da situação concreta das bases ou de uma supervalorização de sua influência em relação à massa dos batizados.

Muitas vezes o processo de crescimento do movimento popular é pensado como uma articulação que, a partir das CEBs, passando pelas Associações de Bairro e Sindicatos, chega ao Partido, num crescendo de poder. Será esse o esquema que melhor permite apreender o crescimento do movimento popular? Será que não corre o risco de passar ao lado do efetivo poder do movimento popular?

## **3. No domínio político qual é a tarefa da pastoral popular?**

Talvez a pergunta exista menos na prática concreta das várias pastorais e mais nas preocupações dos agentes e das autoridades de igreja e possa estar motivada também por uma exigência de segurar o próprio poder. Contudo, não deixa de ter grande relevância para a mesma prática. As CEBs hoje no Brasil, mesmo redimensionando sua influência, são uma força reconhecida por muitos e também temida por certos setores: é importante refletir sobre sua presença no político. Qual sua possível evolução? Qual o pensamento e a atuação da igreja hierárquica?

A igreja brasileira renunciou a canalizar para um partido por ela controlado o seu grande potencial político que acumulou em si ao abrir seu espaço aos protestos das massas populares. O posicionamento habitual dos documentos oficiais da igreja de diferentes níveis é bastante unânime: "A igreja não tem ambições nem pretensões político-partidárias (...). Isto não significa porém que ela seja apolítica" A nível de princípios o problema parece simples: a igreja não é um partido nem pretende identificar-se ou apoiar um partido; ao mesmo tempo reivindica sua responsabilidade e compromisso nos problemas sócio-políticos, acompanhando "os homens no concreto das situações da vida individual e social". Qual a tradução concreta e eficaz destas

orientações na prática pastoral?

A prática é sempre mais complexa. E aí as perguntas são diferentes. De um lado, pergunta-se por que a igreja vai até um certo ponto na problemática sócio-política e depois "abandona" os que se comprometem. Responsabilidade somente individual? A igreja não deve definir-se mais? . Tomar opções mais políticas? É falta de verdadeiro compromisso? Medo da igreja de sujar as mãos? Está certo considerar a pastoral como primeiro passo em direção ao político - como uns afirmam?

De outro lado, pergunta-se: Deve a igreja identificar-se com partidos de oposição? Deve ela ser, na base, a madrinha dos partidos verdadeiramente populares? É por aí que deve passar a pastoral popular para ser fiel à sua missão, ser fiel ao povo? Não se trata de uma identificação devida somente à coincidência da militância política dos membros das CEBs, mas de um reconhecimento fruto de iniciativas concretas da pastoral e de seus líderes.

Outras perguntas podem ajudar a esclarecer melhor mais facetas deste mesmo problema.

#### **4. Instrumentalização da fé**

Não tratamos aqui das tentativas de instrumentalização das CEBs, dos padres e da igreja em geral, por parte de grupos e partidos, em particular, na época eleitoral. Vamos considerar os riscos de certas atitudes internas da pastoral popular.

Certamente a mensagem evangélica tem um conteúdo histórico: exige um compromisso da igreja no campo sócio-político. Às vezes, pode ser questionada a utilização dos dados da fé para justificar orientações políticas ou modelos concretos. Até que ponto nos deixamos questionar pela página bíblica em lugar de utilizá-la para defender um nosso posicionamento? Pode haver sentido, por exemplo, em afirmar que "Jesus foi o maior político" ou em contrapor a Política de Deus à Política do Faraó. O problema é não tirar destas afirmações conclusões indevidas para as decisões políticas concretas que exigem outras mediações e que por isso são relativas.

Uma análise recente das cartilhas preparadas por vários setores da pastoral popular para as eleições de 1978 mostra a tendência de apelar para a missão divina da igreja para estabelecer a verdade revelada sobre a política. Não se corre o risco de desvirtuar a fé fazendo-a dizer o que não quer dizer e, ao mesmo tempo, de enfraquecer a política eliminando a responsabilidade do homem e, assim, alcançando o resultado oposto do desejado?

#### **5. "Nova Cristandade" disfarçada?**

Em tese a cristandade - quer dizer, uma instrumentalização da fé para resolver os problemas políticos, uma presença organizada e institucionalizada da igreja nos diferentes níveis da sociedade, sobretudo da política, em nome da fé - é por todos recusada. As experiências, pouco felizes, dos vários PDCs não tiveram entre nós muita repercussão, ainda menos no âmbito da pastoral popular. A cristandade é rejeitada também quando é pensada em termos de opção de esquerda.

Mas rejeitando a palavra, a realidade aparece em certas atitudes e questionamentos. **A partir da insatisfação com o apartidarismo da igreja, por , um lado, e por outro, a partir da desconfiança nas outras forças políticas, o passo é curto para pensar-se em construir uma alternativa que esteja, evidentemente, "do -lado do povo".** Que significa o desejo de projetos alternativos? Que significa pretender uma organização política que nasça a partir das CEBs?

Analisando cartilhas ou documentos de movimentos pastorais, encontramos palavras reveladoras: "a organização política nasce da fé" - "Jesus apresenta uma alternativa" - "formular um projeto para nova sociedade" - "encontro com grupos que somam na mesma proposta" - "aceitar o confronto com diversas tendências"... Não será que estas expressões indicam a tendência da pastoral popular a se constituir, de fato, numa alternativa política? Não seria nova forma de cristandade?

Certamente o discurso da fé é concreto e globalizante, incluindo a vida social em todas as suas dimensões. Também o discurso político é globalizante. Como, entretanto, o discurso da fé se relaciona com o discurso político? É substitutivo desse último? Acrescenta uma segurança que os outros não têm?

## **6. Como a igreja pode acompanhar o movimento popular sem criar linhas colaterais e sem pretender dirigir?**

Tal preocupação, bem presente na pastoral popular, mostra o que acima era colocado: o desejo de não construir uma nova cristandade. A pergunta sobre a direção do movimento popular parece ser fundamental. Cabe à igreja querer a direção da construção da sociedade? Cabe à igreja dirigir o movimento popular? A resposta é negativa. Não deve. Mas não quer? Sendo que a igreja está presente neste movimento e não pode deixar de querer influir, põe-se a pergunta chave de qual deve ser sua presença. Muitos respondem com a palavra serviço. Mas, de novo, qual é o significado do serviço? Que conteúdo tem?

Levantamos uma série de perguntas. Podem aumentar a confusão, mas podem também ajudar para compreender melhor e para aprofundar a caminhada da pastoral popular. Antes de voltarmos sobre esses questionamentos, vamos fazer um breve excuro bíblico.

### **ALGUNS DADOS BÍBLICOS**

Há dificuldades concretas ao recorrer à Bíblia. Há o risco de não considerar suficientemente a realidade com suas exigências imediatas, dando um salto que nos afasta da prática para outros níveis de reflexão que nem sempre correspondem à necessidade da ação nem ao conteúdo da mesma Bíblia. Há o risco de justificar com a Palavra de Deus nossa opção política, fazendo dizer à Bíblia o que ela não quer dizer ou nos **sentindo facilmente dispensados de uma rigorosa análise política.**

A Bíblia - sabemos - não é um livro de receitas sociais ou políticas, nem pastorais. É a história de um Povo, lembrada e celebrada a partir de situações sempre novas. É a história que nos lembra a presença contínua do "Deus que ouve o clamor do povo" e nos anima a procurá-lo nos acontecimentos do hoje, utilizando os recursos que temos e tomando nossas decisões inclusive políticas, sem esquecer que também nossa resposta libertadora é dom de Deus, é **graça.**

Aos fariseus que pediam um "**signal**" (Mateus 16,1), Jesus se nega. Ele devolve a pergunta ao povo: "Por que não julgais por vós mesmos o que é justo?" (Lucas 12,57). Quando se trata de justiça e, por extensão, de organização da sociedade, de política, de revolução, a Bíblia nos deixa com nossa responsabilidade.

Isso não significa que não possamos encontrar cobranças e critérios, sobretudo na prática de Jesus Cristo, que possam iluminar a caminhada da pastoral hoje. Critérios, que não consideramos definitivos - sobretudo numa interpretação individual - mas que devem ser confirmados dentro da prática da comunidade toda.

### **O Antigo Testamento**

Parece haver no Antigo Testamento uma **grande liberdade diante dos modelos políticos**, que permite ao Povo de Israel situar-se em todos sem, de outro lado, poder dizer que um modelo particular é exigência da Palavra de Deus.

Em relação, por exemplo, à instituição da monarquia, nos livros de Samuel encontramos as duas tradições, antimonárquica e monárquica. As duas estão presentes e se questionam entre si. *I Sam 8,4-22* pertence à tradição antimonárquica que não queria um rei, pois seria rejeitar a Deus, único rei. Israel quer um rei como todas as nações vizinhas; Deus é obrigado a atender ao pedido do povo, mas manda o profeta mostrar as conseqüências opressoras do governo de um rei: "Tomará os vossos filhos... Tomará também o melhor dos vossos campos... Tomará o dizimo... Tomará vossos servos e vossas servas...". O texto de *I Sam, 9,15-17* pertence à tradição monárquica que exige um rei como todas as outras nações: "Ungirá Saul para chefe do meu povo de Israel; para que ele livre o povo das mãos dos filisteus". O rei será a presença de Deus no povo e o libertará dos inimigos. *I Sam 12,19-20* parece um texto de síntese: "O mal (pedir o rei) está feito; agora não vos desvieis do Senhor". Dentro da nova situação política Israel é convidado a defender e praticar

os princípios de sempre.

Quanto aos dois sistemas de governo, teocrático e leigo, há no Antigo Testamento uma oscilação ou uma contínua dialética entre os dois.

O contexto político bíblico dominante parece ser teocrático: política e fé intimamente entrelaçadas entre si, uma tomando as funções da outra. O rei é colocado no trono por Deus, em nome do Senhor (2 Cron 9,8). Nos livros de Esdra, e Noemia o compromisso político fundamental é a reconstrução do Templo e dos muros de Jerusalém símbolos do poder sacerdotal e da segregação social de Israel dos outros povos. A certeza de serem os únicos verdadeiros crentes leva os israelitas a pensar que sozinhos podem exercer uma política justa. E nos profetas encontramos continuamente um apelo para a "guerra santa", para um compromisso nacional sem recurso a alianças com outras nações. A subsistência política está ligada à fé em Deus (Isaías 7,9).

De outro lado, a crítica ao sistema monárquico pelo profeta Samuel baseia-se sobre a qualidade leiga da realeza. Nas relações entre Saul e Samuel, o rei tentará excluir a autonomia do profeta (I Sam 13,8-14). Em todo o Antigo Testamento há uma corrente que reclama a dessacralização da política e a despolitização da religião. Zacarias, por exemplo, reconhece dois "ungidos", duas coroas: aquela do sacerdote Josué e aquela do rei Zorobabel (cf. Zacarias 4,11-14). A categoria "aliança", central na reflexão do povo de Israel, foi se purificando aos poucos: do sentido de "pacto político" passou ao sentido de "adesão livre do fiel e do povo a Deus". Sobretudo nos livros sapienciais afirma-se a autonomia da política.

Por tudo isso é difícil afirmar que o Antigo Testamento opte por um modelo político ou favoreça um a preferência do outro; dê preferência absoluta ao modelo monárquico ou anti-monárquico, ao modelo teocrático ou mais ao leigo. A política está sempre presente, mas no mesmo tempo é relativizada. O que aparece claro como exigência de Deus é a necessidade de, em cada escolha política, defender a justiça, os direitos humanos, a liberdade, a esperança.

## **O Novo Testamento**

Na prática e nas palavras de Jesus, em relação ao nosso tema, encontramos duas dimensões.

A prática de Jesus é uma prática sócio-política: Jesus se interessa por questões materiais e econômicas, pela situação social do povo, questiona a ordem oficial... ; Jesus cura os enfermos, expulsa os demônios dos possessos, distribui o pão, freqüenta os marginalizados - prostitutas, pecadores, publicanos, estrangeiros; questiona o Sábado e o Templo, instituições fundamentais de Israel; ataca frontalmente os anciãos do povo, os sacerdotes, os doutores da lei, os fariseus; anuncia a libertação dos pobres; discrimina pobres e ricos; é preso e condenado por razões político-religiosas.

Mas a prática de Jesus é diferente da política dos outros, não somente porque privilegia pobres, pecadores, publicanos..., mas também pela maneira com que atua e pelos recursos que utiliza. Diferencia-se, por exemplo, da prática dos Zelotas, que se apunham aos romanos, querendo mudar a ordem vigente. Jesus foge, quando o povo queria fazê-lo rei (João 6,15); quando aceita entrar em Jerusalém com a multidão que o reconhece com rei de Israel; ele entra montando num jumentinho, certamente para significar um tipo diferente de realeza (João 12,14); ao ser preso recusa a espada e as "legiões de anjos" que poderiam defendê-lo (Mateus 26,53), assim como o poder e a força dos seus "súditos", a multidão (João 18,36); recusa a imagem de Messias que estava na expectativa de todos, imagem de um político que teria continuado a tradição dos reis de Israel (Marcos 8,27-33).

Quando Jesus explicita essa prática, apresenta o exemplo do lava-pés e utiliza a palavra serviço (João 13, 1-20). Esta palavra não se encontra na tradição bíblica do Antigo Testamento nem é usada no mundo helênico para indicar autoridade. Ela não pode ser compreendida no sentido de poder, dignidade ou domínio. Indica claramente inferioridade. O servo é aquele que depende do dono, trabalha de empregado, serve a mesa. Não se trata aqui de Jesus querer enaltecer ou ratificar a situação de "empregado", mas de sublinhar a dimensão de entrega aos outros sem exercer domínio. Também devemos lembrar os outros dados do Evangelho: a dimensão da fraternidade e da amizade. O termo "serviço" questiona mais o poder. "Os chefes

das nações dominam sobre elas e os seus intendentos exercem poder sobre elas. Entre vós, porém, não seja assim; mas todo o que quiser tomar-se grande entre vós, seja o vosso servo; e todo o que entre vós quiser ser o primeiro, seja escravo de todos. Porque o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em redenção de muitos" (Marcos 10,42-45).

Não se exclui o poder político necessário para organizar uma sociedade; é só lembrar a defesa da autoridade civil em outros textos do Novo Testamento. Trata-se de reconhecer a função de Jesus e de seus seguidores nesta sociedade. Parece claro que não vai na linha de assumir o poder, mas de prestar um serviço. Através da radicalidade do amor ao próximo questiona, evidentemente, toda lógica do poder autoritário que oprime os homens, sem pretender, porém, substituir-se à autoridade civil.

Temos que interpretar os dados evangélicos sem eliminar uma parte, guardando sua complementariedade em tensão.

**A prática evangélica é concreta e material** (o termo "política" não deixa de suscitar equívocos) e com isso exclui qualquer possível identificação com uma interioridade isolada, com um espiritualismo e individualismo de certa tradição cristã. **É uma prática preocupada com a divisão dos bens, com a realização da justiça, desde já, no imediato e no cotidiano, em qualquer estrutura política em que a gente se encontre;** privilegiando os valores pessoais e a mudança do "coração"; sem perder de vista a relação com as estruturas e o caminho propriamente político, mas dentro dele procurando espaços de igualdade, fraternidade, democracia, no aqui e agora. É uma prática que privilegia (cujos autores são) os pobres, as multidões marginalizadas.

**A prática evangélica não é política no sentido de ela assumir o poder.** Exclui o governo, a primazia e o poder para si, e com isso evita ser reduzida à esfera da política, entendida como globalidade objetiva que estrutura a sociedade toda através de instrumentos de poder próprio. É uma prática que busca despojar-se do poder (Marcos 4,30-32, parábola do grão de mostarda), atuando numa dimensão de serviço.

Nisso, ela pode questionar os limites do poder histórico. As sociedades criam instrumentos de poder que podem variar de um tempo e de uma sociedade para outras. Mas deve haver alguém que se afaste dos instrumentos de poder para dar testemunho de que o "Reino de Deus não chega com poder". Significa que, no pano de fundo da luta de classe a prática evangélica se apresenta como um apelo contínuo para a liberdade, para a fraternidade radical a ser realizada desde já em todos os espaços existentes, e não como um poder que luta contra outro poder.

## PROPOSTA PARA A PASTORAL POPULAR

Voltamos aos problemas concretos levantados nas perguntas iniciais com essa orientação sintetizada na palavra serviço. Devemos cuidar de não fazer uma transposição literal da palavra evangélica. É necessário também, utilizar aquelas mediações pastorais que permitam uma concretização da perspectiva sintetizada pelo Evangelho na palavra serviço.

### 1. Colocação do problema: a pastoral deve estar comprometida com a política.

De início é bom lembrar que **a pastoral deve estar comprometida com toda a vida do povo, com suas lutas em todos os níveis, também político e partidário.** A exigência evangélica de amor/justiça e de fé é uma exigência abrangente e radical. É inútil insistir sobre esse ponto. Todos os documentos oficiais da igreja declaram isso. "A igreja - afirma Puebla - sente como dever e direito estar presente neste campo da realidade, porque o **cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, incluindo a dimensão política.** Por esta razão, critica a todos aqueles que tentam reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, econômica, social e política" (n.515). O partidário, evidentemente, pertence à política. A igreja deve estar comprometida como corpo pastoral, como CEB enquanto tal, e não somente através de seus membros individualmente considerados. A distinção muitas vezes apresentada: a hierarquia não entra no político, sendo que aos leigos cabe o compromisso propriamente político, pode suscitar um certo equívoco. A hierarquia, enquanto mais representativa do corpo todo, não cabe determinado empenho partidário; mas também os leigos, enquanto operando como

comunidade pastoral, estão sujeitos aos critérios da pastoral. Evidentemente, os leigos, enquanto cidadãos do mundo, têm sua autonomia. Mas, na medida em que se apresentam como igreja ou apoiando-se na representatividade eclesial, participam da função política da comunidade toda, com sua radicalidade e seu caminho próprio.

Resta saber como a pastoral deve estar comprometida com o político. Aqui estão as divergências e as dificuldades.

## **2. O que vamos considerar para discutir o problema**

### **a) Resultados já adquiridos pela pastoral**

Antes de entrarmos em reflexões mais teóricas, será bom apelar para a experiência e lembrar os resultados já adquiridos pela pastoral, pois toda orientação deve partir daí.

É universalmente reconhecida a eficácia, também no campo político, das CEBs. Declarações de políticos e empresários refletem o medo e a desconfiança diante desse fenômeno. Tristão de Athayde apresenta o motivo: "tocam diretamente em nosso calcanhar-de-aquiles político, isto é, na participação do povo (...) As CEBs são grupos de fronteira, entre o religioso e o político e não grupos arreligiosos ou apolíticos. Daí a sua eficácia, tanto espiritual como social".

A política social do governo, procurando intervir sobretudo nas periferias urbanas para controlar a força das pastorais e imitando o modelo, a linguagem e a metodologia das CEBs, é outra prova da eficácia da pastoral popular.

A luta pela terra é uma das preocupações maiores de muitos empresários e do governo, que chegou a constituir um novo ministério, o Ministério de Assuntos Fundiários. Segundo o Presidente do INCRA, Paulo Yokota, o problema maior está na atuação das Comissões Pastorais da Terra, porque "para cuidar destas questões existem as autoridades e o sistema sindical (...). Mas têm surgido organizações mal definidas. Não entendo bem o sistema da CPT. Parece que existem CPTs nas cidades, regiões e estados. Cada bispo é independente, ligado diretamente ao Papa. Afinal, quem responde por quê? Não há um canal adequado e competente para o entendimento". A confusão do Presidente do INCRA revela o resultado da pastoral da terra que não se apresenta como canal oficial, mas fortalece o poder dos interessados, os posseiros.

Não devemos esquecer o testemunho do ex-Ministro Golbery quando dava como razão da reformulação partidária a necessidade de canalizar para quadros partidários oficiais (e por isso mais controláveis) o poder político adquirido pelos vários "conglomerados" entre os quais as organizações religiosas, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base.

Não faltam as perseguições e os mártires. O poder opressor reagiu várias vezes matando leigos e padres da pastoral popular. O sinal de perseguição é a violenta e perversa campanha de falsificações, atingindo grupos e bispos da pastoral popular, revelando com clareza o motivo político desta reação na medida em que sempre aparece a preocupação fundamental com a "subversão da ordem" e com o dogma da "propriedade particular".

Parece que se possa concluir que a presença da igreja no meio do povo e no campo das lutas populares, mesmo ficando fiel à sua missão religiosa mas que implica num compromisso pela justiça, desconcerta e desmoraliza os donos do poder e fortalece o poder do povo. Isso, ao nosso ver, não unicamente por razões conjunturais de forte repressão, tem um alcance mais amplo que pode perdurar no atual período de abertura. Há necessidade de uma análise política, como base para uma ulterior reflexão pastoral. Sem demorarmos nesse ponto, podemos - muito sinteticamente - encontrar dois enfoques divergentes na análise do movimento popular.

### **b) Análise política**

Há necessidade de uma análise política, como base para uma ulterior reflexão pastoral. Sem demorarmos

nesse ponto, podemos – muito sinteticamente – encontrar dois enfoques divergentes na análise do movimento popular.

O primeiro privilegia o poder popular, o poder das massas. Procura detectá-lo no dia-a-dia da vida do povo e reconhecê-lo em suas próprias formas de resistência contra o Capital e o Estado, na fábrica, no bairro, no campo, com suas formas de organização e suas mobilizações; tenta favorecê-lo a partir de baixo, quer dizer, respeitando a consciência, as necessidades, as novidades dos instrumentos, a criatividade e a participação das classes populares. Os instrumentos clássicos de organização política, associações, sindicatos, partidos, são vistos, eles também, a partir de baixo, isto é, são apreciados na medida em que conseguem ser instrumentalizados pelas classes populares. É uma perspectiva que só pode pensar a mudança da sociedade em termos de longos prazos, considerando a limitada consistência conjuntural do poder popular. Ao mesmo tempo, porém, promove a revolução hoje, na medida em que os trabalhadores enfrentam desde já o capital e conquistam seus espaços de liberdade.

O segundo enfoque privilegia a **articulação de cúpula**. Favorece a organização e o fortalecimento das associações, dos sindicatos, dos partidos de oposição, visando em primeiro lugar ao Estado. Favorece alianças e frentes com setores diferentes das oposições com o intuito de conquistar os instrumentos de poder do Estado. Na posse desse poder, tornar-se-á viável uma mudança radical da sociedade em favor das classes populares. Parece uma perspectiva mais realista, implicando em prazos mais curtos. Conta muito com a atuação de vanguardas e com a preparação de lideranças que possam levar as massas. A articulação dá-se prioritariamente a nível das cúpulas, sem poder esperar a marcha mais lenta das bases.

Talvez, as duas perspectivas, na prática, possam andar misturadas, questionando-se entre si. Não pretendemos aqui discutir o assunto. O exposto é suficiente para mais adiante, também por motivos teológicos, concluir na preferência da pastoral pelo primeiro enfoque.

### c) Análise teológica

A análise teológica intervém com novos critérios para orientar a pastoral. Vimos alguns dados bíblicos: relativizam os modelos políticos e exigem, desde já, em qualquer situação, um compromisso com a justiça e os oprimidos; escolhem a perspectiva do serviço e da fraternidade contra o poder que oprime. Tudo isso leva a preferir engajamentos mais com as bases do que com os níveis de articulação de cúpula.

Vimos as definições habituais dos documentos oficiais da igreja e de muitas cartilhas: a igreja não deve identificar-se com nenhum partido, mas seu compromisso é com a política em sentido amplo. Tais afirmações suscitam equívocos e também um certo repúdio.

### 3. Pastoral: política em sentido amplo

"Política em sentido amplo" pode significar um desengajamento, um medo de comprometer-se, um ficar olhando pela janela, enquanto os outros sujam as mãos. A pastoral - afirma-se com certa lástima - vai até um certo ponto: entro se cobra uma ulterior definição ou se dirige por fora dos sindicatos e dos partidos, preparando os quadros das organizações que a igreja não pode assumir. Tais interpretações do erradas. Que na prática muitos setores de igreja se afastem do apoio ao movimento popular por razão de medo, para não comprometer-se e, sobretudo, para não perder determinados benefícios e poder, é um fato. Mas, no caso da pastoral popular, constatamos o contrário: a possibilidade de um compromisso bem concreto, no aqui e agora das lutas das classes populares, através de um testemunho corajoso, que chega muitas vezes até a dar a vida. Não se pode falar de descomprometimento. **E tudo isso sem necessidade de atuação partidária.**

O problema deve ser equacionado considerando a questão do poder". A pastoral "chega até um certo ponto" porque não cabe a ela assumir o poder. O poder deve ser do povo. Essa atitude da pastoral não é uma recusa do caminho do poder para mudar a sociedade. (Este é necessário e indispensável para uma organização histórica que tem seu mérito em assumir o limite conjuntural). É um respeito à sua missão "pastoral"; é recusa do poder para si, do papel de vanguarda para favorecer o poder do povo e, também, para poder questionar em todas as situações um abuso de poder, possível nas organizações populares. **Guardando fidelidade ao seu âmbito próprio, a pastoral dá uma maior contribuição política.** É o contrário do que

se pode pensar: identificando-se com uma corrente ou um partido, a pastoral seria um partido a mais, mesmo que se possa pensar no partido ideal, e o resultado seria a perda de muita força popular; ficando "pastoral" teria uma contribuição própria a nível de defesa dos pobres, valorização das massas, respeito das pessoas, favorecimento dos valores, questionamento do autoritarismo..., o que nem sempre é possível à política propriamente dita.

#### 4. Os riscos atuais

**Determinados riscos estão presentes hoje na pastoral popular:** o perigo de ser instrumentalizada por propostas políticas, mas também o perigo de ela fazer aliança com certas correntes. Não se trata de identificação prática, por exemplo entre CEBs e diretórios do PMDB ou do PT, por razão da maioria de seus membros estarem engajados em tais partidos. Aceitando como inevitáveis determinados riscos inerentes à prática, trata-se de avaliar orientações pensadas e refletidas que influem na pastoral popular.

É importante voltar à visão do processo popular, anteriormente analisado. Na medida em que a pastoral popular, como missão própria, privilegia os pobres e as massas e não pretende dirigir nem ser uma organização política, mas um serviço ao movimento popular, parece mais oportuno e consentâneo - como orientação básica do seu trabalho - o primeiro enfoque que privilegia o poder popular, mais que o segundo que privilegia a articulação de cúpula.

Nem sempre acontece isso. Muitas vezes há uma supervalorização das organizações tradicionais com seu inevitável nível de cúpula. Há uma passagem muito rápida do político para o político partidário. Em particular, encontra-se uma afinidade grande entre a proposta do PT e os anseios das CEBs. Outras vezes, apesar da afirmação em contrário, movimentos pastorais atuam como "correntes" sindicais ou políticas, na medida em que elas se definem em contraposição a outras correntes e ficam preocupadas em concorrer a nível de certas propostas de articulação.

Assessorias pastorais podem articular a partir de análises e de propostas que nem sempre correspondem ao processo local. Tudo isso deve ser avaliado para ver a coerência com aquilo que se pretende: o serviço ao povo. A propósito de serviço, podemos reconhecer a fecundidade de certas pastorais que nasceram com o explícito propósito de não organizar movimentos, mas de favorecer as lutas dos camponeses nos diferentes lugares e segundo as diversas necessidades.

Nas pastorais sociais existe uma certa polarização entre o que poderíamos chamar **a pastoral como "movimento" e a pastoral como "serviço"**. A primeira, pela necessidade de formar seus quadros e de manter uma organização própria onde a pastoral seja bem explícita (também com relação à ligação com a hierarquia), na medida em que entra no campo sócio-político, tem mais dificuldade em colaborar com os outros e sente a necessidade de se definir mais em contraposição às outras propostas políticas existentes. A segunda parece ter mais facilidade em tornar-se presente lá onde maior é a necessidade oferecendo a solidariedade e a ajuda da igreja.

Não se exclui, evidentemente, a necessidade e possibilidade de também os "movimentos" orientarem-se numa perspectiva de serviço.

#### 5. Síntese, concretizando a proposta

Resta concretizar um pouco - como conclusão - o que entendemos por **pastoral de serviço**.

Negativamente, a perspectiva do serviço deveria levar a questionar as relações da pastoral com as cúpulas, as diretorias, as lideranças dos vários movimentos, mesmo quando são de oposição e "autênticos"; parece mais próprio de um trabalho pastoral uma contínua atitude de autonomia e de questionamento dos quadros institucionais, para favorecer os interesses das bases. A pastoral não deveria colocar-se a reboque de propostas sindicais ou partidárias, mesmo quando podem ser reconhecidas como "as mais coerentes"; tal posicionamento prejudicaria uma maior presença noutros setores. Na mesma linha, não se trata de - como pastoral - entrar em alianças ou frentes: isso exigiria necessariamente uma definição "partidária" da pastoral.

Temos também que evitar o perigo de querer controlar por fora, sendo que não podemos assumir a liderança das organizações políticas; isso pode acontecer quando no âmbito da pastoral se preparam os quadros e as decisões a serem tomadas pelos indivíduos nas várias articulações ou organizações em que estão engajados.

Positivamente, a maior preocupação deveria ser o contato com as massas e suas necessidades; lembrar os muitíssimos esquecidos e marginalizados, fora das mobilizações e das organizações maiores; deslocar-se para ir lá onde os oprimidos vivem seus conflitos para oferecer a própria solidariedade efetiva, mesmo quando a gente não tenha "nem ouro nem prata" para solucionar os casos; favorecer a integração do povo todo. A pastoral deveria ser mais um espaço de troca que de articulação, um espaço de convivência dialógica de posições políticas diferenciadas; para isso é necessário não oferecer critérios políticos ou propostas já feitas que teriam como resultado a exclusão das outras propostas. A fé é certamente uma instância crítica, mas por si mesma dificilmente pode chegar a indicar caminhos políticos. Deve-se cuidar de não transformar a pastoral num lugar superior de criticidade: a fidelidade à troca verdadeira e à perspectiva de serviço (último lugar) deveria impedir esse risco. A pastoral deveria apoiar as lutas dos outros, seja através da solidariedade da comunidade como um todo, seja através do compromisso de cada cristão nas organizações e mobilizações sem visar a favorecer diretamente a Igreja. Procurar contribuir para a realização da justiça, desde já, em qualquer situação ou espaço que se apresenta. Em relação aos partidos, o ponto de referência deveria ser o mesmo: o interesse das massas; deve-se cobrar por baixo e avaliar a partir do movimento popular e da capacidade de instrumentalizar os partidos para que seu poder cresça, procurando a concretização daqueles ideais de democracia e fraternidade que os limites da conjuntura permitem.

São algumas dicas, evidentemente, discutíveis mas podem ajudar para uma avaliação e um debate sempre necessários para que a pastoral popular acerte continuamente, também nas maiores dificuldades da conjuntura atual, guardando fidelidade ao serviço do povo e às exigências evangélicas. Devemos lembrar a necessidade de evitar o purismo que impede qualquer iniciativa e é sempre conservador. No concreto possível, onde há sempre mistura de poder e serviço, é importante manter a tensão na perspectiva do Evangelho.